

Política de Formação Docente para as Artes Práticas:

a proposta do CETENE na década de 1970

Teacher training policy for practical arts:

CETENE's proposal in the 1970s

Política de formación docente para las artes prácticas:

la propuesta del CETENE en la década de 1970

 **JOILSON SILVA DE SOUSA***

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal- RN, Brasil.

 **MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA****

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal- RN, Brasil.

RESUMO: O escopo do texto é promover uma breve reflexão acerca das políticas educacionais voltadas para a Formação Docente, que ocorreram no Brasil no início década de 1970. A análise privilegiou as ações do Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE), que em convênio com universidades públicas, ofertou o curso de licenciatura de curta duração em Artes Práticas, para o exercício do magistério no ensino de primeiro grau, que passou a considerar as áreas de Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e de Educação para o Lar, no currículo escolar após a promulgação da Lei nº 5.692/1971.

Palavras-chave: Formação Docente. Política Educacional. Artes Práticas. CETENE.

* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Avançado de Assu. *E-mail:* <joilsondesousa@hotmail.com>.

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora Titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *E-mail:* <mmarlupaiva3@gmail.com>.

ABSTRACT: The scope of the text is to promote a brief reflection on the educational policies aimed at the Teacher Training, which occurred in Brazil in the early 1970s. The analysis privileged the actions of the *Centro de Educação Técnica do Nordeste* (CETENE), which in partnership with public universities offered the short-term degree course in Practical Arts for the exercise of teaching in primary education that started to consider the areas of Industrial Arts, Commercial Techniques, Agricultural Techniques, and Education for the Home in the school curriculum after the promulgation of Law n 5.692 / 1971.

Keywords: Teacher Training. Educational Policy. Practical Arts. CETENE.

RESUMEN: El alcance del texto es promover una breve reflexión sobre las políticas educativas orientadas a la formación docente que se aplicaron en Brasil a principios de la década de 1970. El análisis privilegió las acciones del Centro de Educación Técnica del Nordeste (CETENE), que, en alianza con universidades públicas, ofreció el curso de licenciatura de corta duración en Artes Prácticas, para el ejercicio del magisterio en la educación primaria y liceo, que pasó a considerar las áreas de Artes Industriales, Técnicas Comerciales, Técnicas Agrícolas y Educación para el Hogar, en el currículo escolar tras la promulgación de la Ley n° 5.692 / 1971.

Palabras clave: Formación docente. Política educativa. Artes prácticas. CETENE.

Considerações iniciais

A produção de conhecimento sobre a Educação Profissional (EP), ainda que recente, tem crescido no Brasil nos últimos anos. Espaços como o grupo de trabalho 09 *Trabalho e Educação* da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), bem como programas de pós-graduação, eventos, publicações de livros, revistas sobre a EP e grupos de pesquisa que tratam da relação mundo-trabalho, vêm contribuindo no debate da EP, não apenas como uma modalidade de ensino, mas sobretudo, como campo de conhecimento histórico, social, político e científico (RAMOS, 2013; MEDEIROS NETA, 2016; CIAVATTA, 2016; 2019).

O presente estudo foi desenvolvido pela linha de pesquisa História, Memória e Historiografia da Educação Profissional junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI),

sob a supervisão do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte intitula: *Formação Docente para Educação Profissional: o jornal como objeto investigativo e fonte de pesquisa histórica (1968-1986)*, que analisou criticamente os discursos jornalísticos para a constituição de narrativas historiográficas sobre a Formação Docente do Ensino Técnico¹.

Finalizada a pesquisa supracitada, através de uma profunda revisão bibliográfica e hemerográfica, evidenciamos a existência de um centro especializado, criado no ano de 1967, denominado Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE), ligado a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR), que por sua vez foi instituído via Decreto nº 616/1969 e fazia parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo como um de seus objetivos a formação de professores para o Ensino Técnico.

Nosso objetivo é refletir sobre as políticas educacionais de Formação Docente para o Ensino Técnico e Profissional que ocorrem no Brasil durante parte do período que compreendeu a Ditadura Militar brasileira, em especial ações do CETENE considerando as dificuldades no processo de materialização dessas políticas.

A História da Profissão Docente no Brasil e, mais especificamente, a Educação Profissional no presente século, tem tido espaço de reflexão e análise. Desse modo, é possível apontar pelo menos três divergências que se ‘arrastam’ há, pelo menos, vinte anos dessa história: “a escassez de professores, notadamente em algumas áreas e regiões; a insuficiência e a inadequação das políticas e das propostas para esta formação e seus diversos impactos sobre a qualidade do ensino” (KUENZER, 2013, p. 81).

Acácia Kuenzer (2008), relaciona a educação profissional com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, demonstrando que as mudanças que vêm ocorrendo neste campo desde o século XX, apresentam-se como espaço(s) importante(s) para o campo da educação profissional e que “recuperar a história da formação dos professores para a educação profissional é fundamental para entendermos onde estão seus dilemas” (KUENZER, 2008, p. 20).

Nesse movimento de reflexão, buscamos diálogo com as ideias de Antônio Nóvoa (1995), acerca da Profissionalização Docente como processo histórico de construção da docência, considerando as mudanças ocorridas em seu tempo e lugar de produção, relacionando-as à formação dos professores para o ensino técnico.

Apontando para a importância das questões relativas à escolha do tema de pesquisa, devemos considerar que o universo espacial deste estudo nos direciona a Região Nordeste como lugar de investigação, uma vez que os registros apontam que o CETENE atendia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, tendo neste último, sua sede institucional.

Utilizamos como marco temporal inicial a Reforma Universitária imposta pela Lei nº 5.540/1968, que provocou mudanças na formação de professores do ensino técnico e profissional, especialmente nas áreas denominadas de *Artes Práticas*, que compõem os

cursos: Técnico Agrícola, Industrial, Comercial e Educação para o Lar, até o ano de 1973, onde posteriormente é marcado por mudanças político-econômicas significativas no país.

Pelissari (2019) aponta que a partir de 1968, ao chamado *Milagre Econômico*, é atribuído sobretudo o desenvolvimento industrial iniciado no governo do ditador Costa e Silva (1967-1969), que incorporou “o aumento total de investimentos estrangeiros e o programa amplo de investimentos do Estado, aplicando os fundos de crédito de instituições internacionais” (PELISSARI, 2019, 73). No mesmo sentido, Alves (1987) aponta que o *desenvolvimentismo produtivista*, em voga no país, se baseava na ideia central de que para promover o desenvolvimento econômico nacional, eram necessários investimentos, em especial estrangeiros, para o acúmulo suficiente de capital e, conseqüentemente, promover sua ‘arrancada’ para o desenvolvimento. Para os seguidores dessa linha, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que ultrapassaram os dois dígitos, em um período que se estendeu até 1973 (ALVES, 1987, p. 146), seria a comprovação do sucesso da proposta desenvolvimentista produtivista.

Entretanto, o ano de 1974 é marcado por fatores importantes como “a crise internacional, a diminuição brusca do crescimento econômico e o recrudescimento da resistência popular à ditadura” (PELISSARI, 2019, p. 76), soma-se a isso, o início de governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), onde se inicia o *Declínio da Ditadura* (GERMANO, 2011), marcado pela crise do *desenvolvimentismo produtivista* e alterações legais à Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692/1971, onde tem início uma nova etapa para as políticas educacionais para a Educação Profissional (PELISSARI, 2019).

Para atender o ensino técnico e profissional, era necessário a formação de professores para esse campo específico. Para tanto, a formação de professores para esse campo do conhecimento era exigida através de “cursos apropriados’, ou então em ‘cursos especiais’ ou ‘cursos emergenciais’. Sua formação consistia principalmente em orientar aprendizes em cursos e treinamentos que pudessem dar conta do atendimento às necessidades específicas do mundo do trabalho” (CORDÃO & MORAES 2017, p. 157).

Refletir sobre essa formação denominada por vezes de *apropriada, especial* ou *emergencial*, é nossa finalidade investigativa. Sobretudo constituindo historicamente o que Damascena e Moura (2018) referem-se as ‘oscilações’ legislativas acerca da formação de professores para a educação profissional, onde as consideram como um “quadro de ações desarticuladas, fragmentadas e descontinuadas” (DAMASCENA & MOURA, 2018, p.181).

A Abordagem do conceito de profissionalização docente

Primeiramente é importante ressaltar que a profissionalização docente², sobretudo a que está voltada ao ensino técnico, está vinculada *estritamente às características da sua formação* (OLIVEIRA, 2006, p. 05). Destarte, corroboramos a ideia de que pode ser

compreendida “como instituição, quando nos referimos à estrutura organizacional que planifica e desenvolve as atividades de formação” (MARCELO GARCIA, 2011, p. 19). A partir desse entendimento, nos remetemos ao CETENE e às políticas educacionais desenvolvidas como objeto investigativo. Mormente, seus planos para a formação docente do ensino técnico e profissional.

Com o objetivo de discutir as questões relativas à formação e à profissionalização dos professores da educação profissional, o estudo bibliográfico por nós desenvolvido nos levou ao conceito de profissionalização desenvolvido por Antônio Nóvoa (1995), na obra *Profissão Professor*, que trata do processo histórico de profissionalização do professor.

Segundo Nóvoa (1995), o processo histórico de profissionalização dos professores pode ser analisado através de um modelo de quatro etapas, a saber:

1. Exercem a atividade docente em tempo inteiro (ou, pelo menos, como ocupação principal), não a encarando como uma atividade passageira, mas sim como um trabalho ao qual consagram uma parte importante da sua vida profissional.
2. São detentores de uma licença oficial, que confirma a sua condição de ‘profissionais do ensino’ e que funciona como instrumento de controlo e de defesa do corpo docente.
3. Seguiram uma formação profissional, especializada e relativamente longa, no seio de instituições expressamente destinadas a este fim.
4. Participam em associações profissionais, que desempenham um papel fulcral no desenvolvimento de um espírito de corpo e na defesa do estatuto socioprofissional dos professores (NÓVOA, 1995, p. 20).

Estas etapas não devem ser lidas numa ‘perspectiva sequencial rígida’ e muito embora o trabalho desenvolvido por Nóvoa (1995) tenha enfatizado os professores do primário e secundário e as formações do magistério em Portugal, elegemos esse conceito de Profissionalização como forma de analisar as etapas historicamente situadas do momento do “estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente” e da “criação de instituições específicas para a formação de professores” (NÓVOA, 1995, p. 20).

Compreendemos que as políticas educacionais de formação dos professores do ensino técnico, perpassam etapas do processo de profissionalização docente, como o ‘estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente’, tendo na Reforma Universitária, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e no Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que trata dos exames de suficiência, esse suporte legal. As mesmas incluem ainda a criação de *instituições específicas para a formação de professores*, como o CETENE, apontado por CUNHA (2005) como um dos centros especializados em cursos de didática do ensino industrial, criado por iniciativa da Diretoria de Ensino Industrial localizados em diversos pontos do país junto ao Decreto-lei nº 655, de 27 de junho de 1969, que autorizou os cursos de Formação de Professores.

Essas políticas constituem situações historicamente situadas e formam um repertório legal que, somados à Reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, marcam o ensino técnico e, em especial, a formação dos professores como um percurso cheio de normas transitórias, conflitos e lutas, hesitações, avanços e recuos, fatores que se relacionam aos vários atores envolvidos.

Política educacional de formação técnica e profissional docente

As políticas educacionais de 1964 a 1974, tem como característica duas perspectivas, “não somente como uma época de consolidação e apogeu do autoritarismo, mas também de realização de reformas institucionais, inclusive no campo da educação” (GERMANO, 2011, p. 101). A política educacional é apontada por Cunha (1983, p. 439) como sendo “o conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pelo [Estado] e que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar ou não)” (*apud* GERMANO, 2011, p. 101).

Todos os níveis de ensino receberam ações a partir de 1964, pois com os acordos entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID), encontraram terreno fértil para semear suas ideias de modernização (GERMANO, 2011). No tocante ao ensino superior especificamente, no pós-1964 foi criado um grupo de trabalho “que continha análises sobre a educação brasileira e proposições acerca da reforma universitária. O Relatório partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade” (GERMANO, 2011, p. 123).

Considerando os aspectos políticos e econômicos citados anteriormente, entendemos que a educação passou a ser pauta de defesa para o desenvolvimento nacional, desse modo, esta deveria estar voltada para o mercado de trabalho, segundo os fundamentos da concepção tecnicista de ensino (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Nessa direção os acordos promovidos entre o MEC e a USAID, caminharam entre influências e perspectivas: de elaboração de políticas para a formação profissional, financiamento da agência norte-americana e vinda de consultores, para promover a construção de uma rede de escolas voltadas para a capacitação de jovens para o mercado de trabalho (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Para uma melhor compressão do contexto, apontamos o conjunto legislativo que compôs parte da política educacional, influenciando a Formação de Professores do Ensino Técnico: a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 a respeito da Reforma Universitária; o Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que trata dos exames de suficiência; o Decreto-lei nº 616, de 9 de junho de 1969 que criou o CENAFOR ligado ao CETENE; o Decreto-lei nº 655, de 27 de junho de 1969, que estabeleceu normas transitórias para execução da reforma universitária, onde autorizou os cursos de Formação de Professores e

a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que alterou em parte a LDB de 1961, fixando diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Conforme aponta Lucília Machado (2013), a reforma universitária aumentou o nível de exigência da formação de professores em seu Art. 30 onde os professores do “ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas teria que se dar somente em cursos de nível superior” (MACHADO, 2013, p. 352).

O Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que ao instituir normas complementares à reforma universitária, determinou em seu Artigo 16, que “enquanto não houvesse número bastante de professores e especialistas formados em nível superior, a habilitação para a docência no ensino técnico poderia ser feita mediante exames de suficiência realizado em instituições oficiais de ensino superior indicadas pelo CFE³” (MACHADO, 2013, p. 352). Essa ‘saída’ de caráter emergencial dava aos professores especialistas do ensino primário e do ensino médio técnico, que estavam em exercício desde a publicação da reforma universitária, um prazo máximo de cinco anos para regularizarem sua situação de não terem formação em nível superior.

O CENAFOR⁴, que por sua vez era vinculado ao Departamento de Ensino Médio do MEC, tinha, “a responsabilidade de coordenar e supervisionar os planos de execução de cursos dos Centros de Educação Técnica” (MACHADO, 2013, p. 353). Assim, foram ligados ao CENAFOR centros em diversos estados da federação: Centro de Educação Técnica da Amazônia (CETEAM), Centro de Educação Técnica da Guanabara (CETEG), Centro de Educação Técnica de Brasília (CETEB), Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEB), Centro de Educação Técnica da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (CET/UTRAMIG), Centro de Educação Técnica do Rio Grande do Sul (CETERGS), e ainda o Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE) (CUNHA, 2005).

Devido às determinações legais e a urgência de formações (situação real) o Decreto-lei nº 655, de 27 de junho de 1969, estabeleceu normas transitórias para execução da reforma universitária, que autorizou os cursos de Formação de Professores para o ensino técnico em nível superior para as áreas de Ensino Técnico Agrícola, Comercial e Industrial.

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que alterou parte a LDB Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, fixando diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, “instituiu a profissionalização compulsória no ensino médio” (MACHADO, 2013, p. 355).

Concernente ao ensino de 1º grau, este “era constituído pelos Ensinos Primário e Ginásial (1º Ciclo) tendo duração de oito anos, para as idades de 7 e 14 anos, tendo as perspectivas de: formação geral, sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho” (CAIRES & OLIVEIRA, 2016, p. 79-80).

Machado (2013, p. 354)⁵ faz o levantamento de uma série de Pareceres e Planos adicionais do CFE, Portarias Ministeriais e Portarias do próprio MEC que durante a década de 1970, são apontados pela autora como regulamentações que “buscavam dar unidade, sobretudo, às ações dos diversos centros regionais e da própria CENAFOR e criaram uma cultura”.

Procedimentos realizados na pesquisa

Nesse momento do texto, reafirmamos a questão central deste estudo: Quais atividades pedagógicas o MEC e demais órgãos desenvolveram para formar professores do Ensino Técnico no início da década de 1970? Buscando responder a essa questão, nos alinhamos à proposta metodológica de Minayo (2015). Destarte, o presente estudo compreende uma pesquisa de abordagem qualitativa.

A pesquisa bibliográfica apresentada na seção anterior, pode ser definida como sendo a que “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2013, p. 76). O que nos fez ter uma compreensão conjuntural político-econômica do período da Ditadura Militar no Brasil e dos dispositivos legais acerca da Formação Docente para o ensino técnico.

O diálogo teórico apresentado buscou relação com a legislação educacional da época que, segundo Cellard, é documento “insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (CELLARD, 2008, p. 295).

Finalmente, a análise minuciosa de elementos ainda não explorados em fontes documentais é algo intrínseco ao historiador, o que nos aproximou das ideias do historiador José D’Assunção Barros (2019), ao considerar o uso dos jornais como fontes históricas importantes e que estão presentes na vida moderna.

Os jornais são um meio de comunicação que trata de uma informação transmitida “que se mescla com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores, ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos” (BARROS, 2019, p. 183).

Desse modo, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil foi fonte primária de pesquisa, sobretudo as publicações do jornal *Diário de Natal*, uma vez que a cidade de Natal foi sede do CETENE desde sua criação em 1967, conforme os escritos de Luiz Antônio Cunha (2005) e o Relatório de Política Social e de Política Setorial do IPEA, coordenado por Tereza Cristina Kirschner (1993) e encerramento das atividades em 1982, conforme os acervos do próprio Jornal Diário de Natal.

Desse modo, acessamos a plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, com o propósito de investigar, através do uso dos filtros disponíveis na própria plataforma, os discursos jornalísticos sobre a formação docente do ensino técnico e profissional que fizesse menção ao CETENE, dessa forma, utilizamos como descritor de busca a palavra *CETENE*, para posteriormente serem analisados os materiais encontrados. A Catalogação foi realizada da seguinte forma sequencial:

Tabela 1 - Catalogação dos registros da hemeroteca digital

1. Diário de Natal_19.10.1968_Ed.08280OC(1)_Oc.2_p.4
Número da sequência do arquivo
Nome do Jornal
Data de circulação
Edição de registro na Hemeroteca
Ocorrência (sequência do descritor)
Página do Jornal

Fonte: Elaborado pelo autor.

A busca foi iniciada no final do mês de abril de 2020, pelos anos de 1968 e 1969 (final da década de 1960) com o descritor CETENE no jornal Diário de Natal. Encontramos 27 (vinte e sete) ocorrências, assim denominado pelo sistema para as vezes que o descritor aparece no jornal selecionado. Nosso registro se deu por meio de capturas de tela das matérias, que foram posteriormente arquivadas na base de dados de nosso microcomputador.

Entre os meses de maio e junho, foi realizada a catalogação do acervo da primeira metade da década de 1970, onde tomamos ciência que para toda a década, um total de 508 (quinhentos e oito) ocorrências foram encontradas. Deste montante, foram catalogados e arquivados os anos de 1970 (31 ocorrências), 1971 (19 ocorrências), 1972 (84 ocorrências) e 1973 (60 ocorrências). Portanto, um total de 194 ocorrências (menções ao CETENE) catalogadas, através do acesso à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Apresentaremos na secção seguinte os dados obtidos no Jornal Diário de Natal.

Proposta de formação docente do CETENE narrada pelos jornais

Apresentamos na secção anterior a importância da reforma universitária, sobretudo em seu artigo 30, que trouxe a exigência de formação em nível superior para professores de disciplinas gerais e técnicas (BRASIL, 1968; MACHADO, 2013).

A influência dos acordos MEC e USAID foi percebida na análise da fonte hemerográfica que traz no jornal *Diário de Natal* o seguinte título: *USAID ajuda CETENE*, em dezembro de 1969, com as seguintes informações:

A USAID pretende prestar ajuda financeira ao projeto de formação de professores para o ensino técnico no Nordeste e poderá financiar com 400 mil cruzeiros novos vários projetos atualmente em estudos para apresentação e discussão entre o Cetene - Sudene e a Diretoria do Ensino Industrial do MEC. Depois de elaborados os projetos prevêem a participação da DEI/MEC, CETENE, USAID, CONTAP e SUDENE,

visando a realização de encontros, seminários do ensino industrial, encontro de secretários de educação do Nordeste, aquisição de equipamentos de eletrônica, cursos de licenciatura de eletrônica eletrotécnica, cursos de instrutores de aprendizagem industrial, cursos de preparação pedagógica para exames de suficiência, concursos de monografias para alunos das escolas técnicas, concursos para professores do ensino técnico e encontro de representantes estaduais do CETENE no período de 1970/72 (DIÁRIO DE NATAL, 1969, p. 2).

Nesse sentido, podemos compreender a extensão das ações dos acordos entre o MEC, representado pela Diretoria de Ensino Industrial, o CETENE, que tinha atuação em estados do Nordeste brasileiro, e demais órgãos governamentais. Outro fator relevante são as intencionalidades no ano de 1969, com vistas para formação pedagógica, equipamentos e demais ações relacionadas a educação técnica.

Conforme nossas análises, o ano de 1970 tem destaque no que concerne as ações do CETENE, apontadas em 27 de fevereiro de 1970, pelo Jornal Diário de Natal. Como título: *MEC aprovou plano da CETENE para 70*, o texto jornalístico segue com uma narrativa de movimento de reuniões com vistas a alinhamentos de implantação de cursos de formação de professores. Vejamos,

o Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Industrial, acaba de aprovar o Plano Operativo para 1970 do Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE) constituído de vários projetos a serem implantados no corrente ano na área do Nordeste brasileiro.[...]. Em Natal o prof. Arnóbio Fernandes, diretor substituto do CETENE, reunia-se com a professora Eurides Brito da Silva, diretora de Ensino Secundário, para apresentação de um projeto que consiste em implantar no Nordeste três núcleos de preparação de docentes dos ginásios polivalentes para as áreas de Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar (DIÁRIO DE NATAL, 1970, p. 4).

Podemos perceber que as intencionalidades são a capacitação para as áreas técnicas dos três setores produtivos: agrícola, industrial e comercial com destaque na promoção da área identificada como Educação para o Lar. Este último reunia um conjunto de este-reótipos, acerca da “produção doméstica, de ensinar meninas – às vezes meninos, que não levavam isso a sério – a preparar alimentos e roupas, a conservar a casa, a fazer orçamentos domésticos, tudo dentro do mais cândido quadro conservador ‘daquilo que se chama lar’” (CUNHA, 2005, p. 173).

A reforma do ensino de 1º e 2º graus através da lei nº 5.692/1971, trouxe ações estratégicas na cidade de Natal, sede do CETENE. Com o título: *Educação Promove “Semana de Estudo” para Atualização do Ensino: Reforma*, o Diário de Natal noticiou em 13 de setembro de 1971:

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado e o Centro de Educação Técnica do Nordeste – CETENE, realizarão em Natal e no interior Semanas de estudos sobre ‘Atualização do Ensino’, com o objetivo de familiarizar os participantes no manuseio da Lei que fixa diretrizes e bases do ensino de primeiro e segundo graus, levando-os, ainda, a sua interpretação e aplicação.

O conteúdo programático da 1ª Semana de Estudo já foi elaborado e ficou distribuído da seguinte maneira: Princípios Gerais da Lei; Objetivos, Currículo e Estrutura Escolar; Ensino Supletivo; Professores e Especialistas; e Implantação (planejamento financeiro) (DIÁRIO DE NATAL, 1971, p. 2).

Destacamos que os professores que lecionam as disciplinas gerais e os professores especialistas que ministram disciplinas de formação técnica e profissional foram contemplados. Segundo Cunha (2005), a *nova lei do ensino* previa inovações, dentre as quais destacam-se a fusão do ensino primário e médio em seu 1º ciclo, passando a se chamar de ensino fundamental ou de 1º grau e o 2º grau que corresponde ao 2º ciclo do ensino médio, e o fato do ensino de 1º grau ter em suas quatro primeiras séries um currículo voltado as disciplinas de conteúdo geral e as quatro últimas, com disciplinas chamadas de *vocacionais*, afim de sondar as aptidões dos alunos e iniciação para o trabalho.

O Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 339/1972, atribuiu à iniciação profissional alguns objetivos dos quais destacamos: “servir de matéria auxiliar, na medida em que o conteúdo das artes práticas e das matérias que podem concorrer para a iniciação para o trabalho se integrasse às demais matérias do currículo em áreas de estudo” (CUNHA, 2005, p. 175). Durante todo o ano de 1972, o CETENE articulou ações de parcerias com as secretarias de ensino e universidades para a promoção de um curso a nível universitário (licenciatura) para professores do nível técnico. Com o título: *Artes Práticas é curso do CETENE*, o Diário de Natal publicou em 04 de dezembro de 1972:

O Centro de Educação Técnica do Nordeste assinou convênio com a Universidade Regional do Rio Grande do Norte, com o objetivo de promover um curso de licenciatura de curta duração em Artes Práticas destinado a candidatos de todo o interior que desejam se dedicar ao magistério do primeiro grau. [...] A disciplina Artes Práticas – subdividida em Técnicas Agrícolas, Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar – foi introduzida no currículo do ensino do primeiro grau pela Lei 5.692, daí o interesse do CETENE em promover cursos de nível superior destinado à formação de professores (DIÁRIO DE NATAL, 1972, p. 9).

Para os alunos do ensino de 1º grau, as Artes Práticas atuariam, em síntese, de duas formas: no desenvolvimento de aptidões para o mercado de trabalho e no alinhamento ao ensino de 2º grau já com uma opção definida de estudos técnicos a cursar. Com o título: *CETENE realiza cursos de licenciatura curta*, o Diário de Natal publicou em 02 de fevereiro de 1973:

O Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE) vai realizar, ainda no primeiro semestre, em convênio com as Universidades Federal e Regional do Rio Grande do Norte, dois cursos de licenciatura de curta duração em Artes Práticas destinados à formação de professores do primeiro grau.

Os cursos realizar-se-ão simultaneamente em Natal, para candidatos da capital, e em Mossoró para candidatos do interior do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e do Piauí, estados que integram a área do CETENE (DIÁRIO DE NATAL, 1973, p. 6).

Mesmo Cunha (2005) apontando que a iniciação para o trabalho na segunda etapa do ensino de 1º grau não garantia certificado profissionalizante e gradualmente foi deixando de ser oferecido ou até mesmo nem chegando a efetivamente compor o currículo escolar, fica claro tanto a atuação do CETENE como o incremento de suas parcerias com universidades públicas na Formação Docente para o ensino técnico e profissional.

Considerações Finais

O principal objetivo deste estudo foi brevemente refletir acerca das políticas educacionais voltadas para a *Formação Técnica e Profissional Docente* pelo CETENE, após as mudanças legislativas, em especial a reforma universitária, lei nº 5.540/1968 e a reforma do ensino de 1º e 2º graus lei nº 5.692/1971, o que compreende o início da década de 1970 do século XX.

Podemos constatar que, a partir dos anos de 1969, o MEC dá início em escala nacional a institucionalização da Fundação CENAFOR, que se ramificou em vários Centros Técnicos de Formação Profissional no país. Coube ao estado do Rio Grande do Norte ser sede do CETENE, com abrangência em outros cinco estados nordestinos.

Os recortes dos jornais investigados apontam que o MEC, preocupado com a recém aprovada reforma universitária ocorrida em 1968 e demais normas complementares e transitórias para o seu estabelecimento, bem como a reforma do ensino de 1º e 2º graus, passou a considerar a Formação Docente de portadores de curso técnico de nível médio, e também de diplomados em curso superior sem formação pedagógica um assunto de caráter emergencial.

Em síntese, corroboramos Oliveira, que a formação de professores do ensino técnico no Brasil foi tratada ao longo do tempo como algo “especial, emergencial, sem integralidade própria, que carece de um marco regulatório e que, através de programas, desenvolve-se, paradoxalmente, sem a superação das situações vigentes e ditas emergenciais”. Desse modo, nos faz perceber a falta de uma política de formação que segundo a autora, pode estar relacionado ao “não reconhecimento de um saber sistematizado próprio da área” (OLIVEIRA, 2006, p. 04).

Entendemos que a criação dos Centros Especializados de Formação de Professores não só esteve condicionada aos elementos constitutivos das políticas educacionais da Ditadura Militar, como foram frutos das urgências legais, frente ao processo nacionalista e desenvolvimentista.

Vale destacar que, até o ano de 1973, o CETENE não só planejou, como iniciou ações formativas de professores das Artes Práticas para atuarem no ensino de 1º grau que compreendia a iniciação para o trabalho. Logo, finalizamos afirmando que continuamos a concordar com Kuenzer (2008) quando diz que a história da formação dos professores da educação profissional precisa ser compreendida para compreender seus desafios e dilemas.

Recebido em 25/01/2021 e Aprovado em 26/02/2021

Notas

- 1 Pesquisa fomentada pela PROPI/IFRN durante o ano de 2020, que aconteceu de modo virtual através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional devido as impossibilidades causadas pela Pandemia da COVID-19.
- 2 O termo profissionalização é polissêmico, o que revela sua complexidade. Logo, não é nossa intenção discutir a produção intelectual sobre o termo, mas, apontar nossa opção teórico-conceitual relacionada ao tempo e espaço nos quais se encontram as dificuldades e perspectivas para a formação dos professores do ensino técnico.
- 3 Conselho Federal de Educação.
- 4 O CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional de São Paulo, tem sua origem em 1964 com a denominação de CETESP – Centro de Educação Técnica de São Paulo.
- 5 Parecer CFE nº 214/1970, Portaria Ministerial n. 339/1970 – Curso de Formação de Professores de Disciplinas Específicas do Ensino Técnico Industrial e a criação dos cursos emergenciais Esquema I e II. Parecer CFE nº 74/1970, regulamentou as cargas horárias para os cursos de formação de professores para a educação profissional. Parecer CFE, nº 111/1971, aprovou um plano unificador que tratava de maneira geral a Formação de Professores para as disciplinas especializadas no ensino médio. Portaria nº 432/1971, fixou normas relativas aos Cursos Superiores de Formação de Professores de disciplinas especializadas no Ensino de 2º grau (Esquemas I e II).

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARTES práticas é curso do CETENE. *Diário de Natal*. Diários Associados. Natal, ed. 09525(1). 04 dez. 1972, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=cetene&pagfis=8125. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BARROS, José. D' Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRASIL. *Decreto de Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969*. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.html. Acesso em: 09 jan. 2020.
- BRASIL. *Decreto de Lei nº 616, de 9 de junho de 1969*. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Centro Nacional de Aperfeiçoamento para a Formação Profissional - CENAFOR - e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-616-9-junho-1969-374376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.
- BRASIL. *Decreto de Lei nº 655, de 27 de junho de 1969*. Estabelece normas transitórias para execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-655-27-junho-1969-374395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.html. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. *Parecer nº 339/72, de 06 de abril de 1972 do CFE*. A significação da parte de formação especial do currículo de ensino de 1º grau. In: AGUIAR, José Márcio (org.). CFE - Pareceres Básicos; Reforma - ensino de 1º e 2º graus. Brasília: Mai Editora, 1975. v.1.

CAIRES, Vanessa. Guerra.; OLIVEIRA, Maria. Auxiliadora. Monteiro. *Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*. Petrópolis: Vozes, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CETENE realiza cursos de licenciatura curta. *Diário de Natal*. Diários Associados. Natal, ed. 09572(1). 02 fev. 1973, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=cetene&pagfis=8736. Acesso em: 13 jul. 2020.

CIAVATTA, Maria. A Produção do Conhecimento sobre a Configuração do Campo da Educação Profissional e Tecnológica. *Holos*, Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2016, ano 32, v. 6, p. 33-49. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013/1567>. Acesso em: 27 maio. 2020.

CIAVATTA, Maria. Como se escreve a História da Educação Profissional: caminhos para a historiografia In: CIAVATTA, Maria et al. *A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional*. Uberlândia: Navegando Publicações. 2019.

CORDÃO, Francisco Aparecido.; MORAES, Francisco de. *Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas*. São Paulo: Editora Senac, 2017.

CUNHA, Luiz. Antônio. *O Ensino Profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

CUNHA. Luiz. Antônio. A Política Educacional e a Formação da força de trabalho industrial na era Vargas. In: SEMINÁRIO DO CENTRO PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC-FGV). Rio de Janeiro, 1980, Brasília. *A Revolução de 30: coletânea de textos...* Editora Universidade de Brasília, 1983.

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante. Henrique. Formação de Professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178-199, out./dez. 2018.

EDUCAÇÃO promove “semana de estudo” para atualização do ensino: reforma. *Diário de Natal*. Diários Associados. Natal, ed. 09262(1). 13 set. 1971, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=cetene&pagfis=4126. Acesso em: 13 jul. 2020.

GARCIA, Carlos. Marcelo. *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto Editora, 2011.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *Modernização tecnológica e formação técnico-profissional no Brasil: impasses e desafios*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

- KUENZER, Acácia Zeneida. Dilemas da Formação de Professores para o Ensino Médio no Século XXI. In: AZZEVEDO, José Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. (Org.). *Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática*. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.
- KUENZER, Acácia Zeneida.; FRANCO, Maria Ciavatta.; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de Professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: INEP. Coleção Educação Superior em Debate v. 8. 2008.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: MOURA, Dante Henrique. (Org.). *Produção do Conhecimento, Políticas Públicas e Formação Docente em Educação Profissional*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- MEC aprovou plano da CETENE para 70. *Diário de Natal*. Diários Associados. Natal, ed. 08843(1). 27 fev. 1970, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=cetene&pagfis=348. Acesso em: 13 jul. 2020.
- MEDEIROS NETA, Olívia Morais. A Configuração do Campo da Educação Profissional no Brasil. *Holos*, Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2016, ano 32, v. 6, p. 50-55. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4947>. Acesso em: 27 maio. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- NÓVOA, Antônio Sampaio da. (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995.
- OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. *Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico*. Educação. Tecnologia., Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 03-09, jul./dez. 2006.
- PELLISSARI, Lucas Barbosa. *Educação Profissional e Neodesenvolvimentismo: políticas públicas e contradições*. Jundiaí: Paco, 2019.
- RAMOS, Marise Nogueira. Trabalho e Educação: Implicações para a Produção do Conhecimento em Educação Profissional. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). *Produção do Conhecimento, Políticas Públicas e Formação Docente em Educação Profissional*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2013.
- USAID ajuda CETENE. *Diário de Natal*. Diários Associados. Natal, ed. 08370B(1). 10 dez. 1969, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=CETENE&pagfis=26816. Acesso em: 26 maio. 2020.